



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2012
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	PRESENCIAL
-------------	------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE ITUMBIARA
------------------------	-------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/03/2011 e 18/04/2012
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	Desembargador Júlio César Cardoso de Brito
-------------	--

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Cristina Camelo Leão	Assistente
Marcos dos Santos Antunes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.971
2	Processos remanescentes do período anterior	480
3	Processos resolvidos	2.012
4	Produção	82%
5	Processos pendentes de julgamento	456
6	Execuções iniciadas	1.353
7	Processos recebidos na fase de execução	184
8	Execuções encerradas	1.318
9	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	1.737
10	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	27
11	Execuções no arquivo provisório	25
12	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	434
13	Total de execuções (soma dos itens 9, 10, 11 e 12)	2.223
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	207
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	220
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	58
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	303
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	645
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	480
20	Número de processos recebidos no período anterior	2.469
21	Número de processos recebidos no período correicionado	1.971
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	-20%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	1942
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	2223
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	14%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	RADSON RANGEL FERREIRA DUARTE
Juiz Auxiliar	ROSANE GOMES DE MENEZES LEITE
Juiz Substituto	-

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	X	X	X	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências unas relativas a processos do rito Sumaríssimo	0
Audiências iniciais dos ritos Sumaríssimo e Ordinário	171
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	92
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	60

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	17
Ordinário	32

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	640
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	3
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	42
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	209

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	60
---	----

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	2
Ordinário	4

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular		
Juiz Auxiliar (se houver)		
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	14
---	----

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	0
Sentença na fase executória	1
Embargos de declaração	0

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	30
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	81

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	50%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	48%	

2.9 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade de sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
RADSON RANGEL FERREIRA DUARTE	03/11	115	35	0	1	13	0	1
	05/11	17	11	54	42	5	0	0
	06/11	269	70	3	5	4	7	2
	07/11	221	74	1	2	8	18	0
	08/11	237	64	1	3	8	16	0
	09/11	159	57	1	4	7	4	0
	10/11	149	49	0	2	1	7	0
	11/11	145	26	3	9	1	0	0
	12/11	104	36	3	13	4	4	1
	01/12	70	15	0	1	6	0	0
	02/12	177	47	2	7	5	8	1
	TOTAIS	1663	484	6	8	62	64	5
ROSANE GOMES DE MENEZES LEITE	03/11	401	110	0	0	2	5	2
	04/11	258	74	1	1	11	5	1
	05/11	211	45	2	0	6	4	0
	06/11	153	47	1	2	2	6	1
	07/11	62	20	0	0	1	4	0
	08/11	113	26	0	3	5	9	2
	09/11	167	47	0	0	2	11	3
	10/11	116	23	1	1	5	5	2
	11/11	100	20	3	2	0	4	0
	12/11	45	10	0	1	6	0	0
	01/12	128	32	0	0	0	0	0
	02/12	134	59	2	4	3	3	1
	TOTAIS	1888	513	1	1	43	56	12
WHATMANN BARBOSA IGLESIAS	04/11	52	12	2	4	0	0	0
	05/11	172	31	2	3	2	4	0
	06/11	0	9	0	0	11	0	0
	07/11	0	1	0	4	0	1	0
	TOTAIS	224	53	1	3	13	5	0

2.10 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	14%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	11%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	53%

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
SOLANGE DE CÁSSIA MACHADO SOARES	DIRETORA DE SECRETARIA	EFETIVA
FERNANDO ANTÔNIO FERNANDES	ASSISTENTE DE DIRETOR	CEDIDO MUNICIPAL
AGRIMUALDO DAMASCENO FILHO	GAE	EFETIVO
ELIANE COSTA DA SILVA RESENDE	ASSISTENTE 2	CEDIDA MUNICIPAL
ETIENNE MARQUES REIS	-	EFETIVA
EVANDRO DE BARROS SANTANA	CALCULISTA	CEDIDO MUNICIPAL
JANDILENE DA SILVA	-	EFETIVA
JOELMA DE CÁSSIA COSTA FREITAS	SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIA	CEDIDA MUNICIPAL
JULIANA CRISTINA PAZETO	GAE	EFETIVA
LIDIANE PEREIRA	ASSISTENTE DE JUIZ	CEDIDA MUNICIPAL
MÁRCIA LÚCIA APARECIDA SILVA	ASSISTENTE DE DIRETOR	CEDIDA MUNICIPAL
MARIA ADÉLIA DA SILVA RIBEIRO	-	EFETIVA
NÚBIA MARIA BARROSO	CALCULISTA	CEDIDA MUNICIPAL
RENATA CUSTÓDIO MACIEL BORGES	SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIA	CEDIDA MUNICIPAL
SORAIA PEREIRA	ASSISTENTE DE JUIZ	EFETIVA
WENDER MEDEIROS DE LIMA	ASSISTENTE 2	CEDIDO MUNICIPAL
BRUNA DOMINGUES DE ARAÚJO	-	ESTAGIÁRIA
TAYSSA MARTINS AMARAL	-	ESTAGIÁRIA
LETÍCIA GABRIELA ALVES MIRANDA	-	ESTAGIÁRIA
ANA FLÁVIA DE SOUSA SILVA	-	MENOR-APRENDIZ
MIKAEL HENRIQUE LOPES COUTINHO	-	MENOR-APRENDIZ

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	20
Notebooks	2
Impressoras	6
Multifuncionais	4
Fax	0
Digitalizadora	3
Leitores óticos	1

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	4
Atualização de cálculos	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	5

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	Intimação do MPT da designação da audiência nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 339 do PGC)	X		
2	Remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, prevista no art. 132 do PGC	X		
3	Intimação do MPT das sentenças prolatadas e acordos homologados nas ações em que figuram como partes ou interveniente pessoa idosa ou menor (parágrafo único do art. 339 do PGC)	X		
4	Fotografia dos bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos na internet		X	
5	Eliminação de autos findos (indicar no campo observações, em caso afirmativo, quando foi feita a última eliminação e qual o período envolvido)	X		Os autos que estão em processo de eliminação são os arquivados em 2006, conforme informação da Secretaria da Vara.
6	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido)	X		
7	Antes do arquivamento, a Secretaria revisa os autos com vistas à futura eliminação, verificando e certificando a ausência de pendências, como o bloqueio de valores ou de veículos, penhora, mandado de prisão, depósito judicial ou recursal, e bem assim outras ocorrências que impeçam a sua eliminação?	X		
8	No arquivamento de autos, existindo pendências, a Secretaria efetua o saneamento?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	Nos autos dos processos a serem arquivados definitivamente, a Secretaria desentranha e devolve os documentos referentes às partes antes da remessa dos autos ao arquivo?	X		
10	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
11	Em procedimento prévio ao arquivamento, a Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)	X		
12	No arquivamento de autos, é indicado o prazo de guarda intermediária ou, se for o caso, a guarda permanente, sendo observada a tabela de temporalidade?	X		
13	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com que frequência: semanal, quinzenal e mensal)	X		A frequência de inclusão de processos de execução na pauta de audiências para conciliação é mensal, segundo informação da Secretaria da Vara do Trabalho.
14	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
15	Após a liquidação da sentença na qual se apura crédito superior ao depósito recursal, o Juízo ordena a sua imediata liberação em favor do credor? (Indicar no campo observações se a liberação é de ofício ou a requerimento da parte)	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
16	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo expede certidão de crédito ao credor?	X		
17	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
18	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 186 do PGC?		X	Constam apenas os números das CDAs.
19	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
20	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 195 do PGC?	X		
21	Os registros de cargas dos processos ao Juiz e aos Advogados e Peritos são feitos em meio eletrônico, utilizando o módulo de cargas do SAJ, conforme art. 49 do PGC?	X		
22	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 164 e 171 do PGC		X	Em alguns processos, a Secretaria da Vara do Trabalho deixa de fazer o registro no SAJ18 dos pagamentos feitos aos credores trabalhistas, bem como dos recolhimentos de valores devidos À Previdência Social e de custas.
23	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução?	X		A Unidade atualmente reúne as Execuções Fiscais e Previdenciárias em face do mesmo Executado(s)

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 - Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
9.1.1 - a adequação do prazo médio para exarar despachos, que, atualmente, encontra-se em 6 dias, ao disposto no artigo 189, I, do CPC, que é de 2 dias;		X	
9.1.2 - a observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do novo PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas;	X		
9.1.3 - a adequação do prazo médio para cumprimento de despachos e outros atos pela secretaria, que, atualmente elasteceu para 8 dias, a teor do disposto no artigo 190, I e II, do CPC, não obstante a redução do número de processos recebidos neste período correicionado em relação ao período anterior, de 3.127 para 2.469;		X	
9.1.4 - a observância, pela secretaria, da disposição dos artigos 31 e 32 da RA nº 81/2008, quanto ao desentranhamento e devolução dos documentos pessoais referentes às partes antes da remessa de todos os processos a serem arquivados definitivamente;	X		
9.1.5 - que a vara incluía em pauta, semanalmente, para tentativa de conciliação, os processos na fase de execução, conforme dispõem os artigos 80 do novo PGC e 18, inciso V, alínea "g", da Consolidação dos Provimentos da CGJT;		X	A Vara do Trabalho inclui mensalmente em pauta processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
9.1.6 - o levantamento imediato do depósito recursal, independentemente de requerimento da parte, nos termos do artigo 186 do novo PGC e do artigo 77, inciso I, da Consolidação dos Proventos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando transitada em julgado a sentença condenatória, nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao referido depósito;	X		
9.1.7 - a observância no lançamento de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários no sistema SAJ18, nos termos dos artigos 164 e 171 do novo PGC.		X	Observou-se, nos processos 3055-12.2010, 3059-49.2010, 974-56.2011, 1520-14.2011 e 198-56.2011, que a Secretaria da Vara do Trabalho não registra, com regularidade, as custas e contribuições previdenciárias recolhidas, assim como os créditos trabalhistas liberados aos credores, em desconformidade com o art. 164 do PGC.
9.2.1 - a observância da determinação contida no parágrafo único do artigo 53 e no §§ 3º e 5º do artigo 83, ambos novo PGC, quanto à colher em audiência as informações cadastrais cuja ausência fora certificada pelo órgão de distribuição, cujas informações deverão ser inseridas no sistema informatizado pela secretaria.		X	A unidade não cumpriu integralmente tais recomendações, pois em alguns processos, a exemplo dos de nºs 449-10.2012, 508-28.2012, 656-39.2012, 572-38.2012 e 365-39.2012, não foram colhidos em audiência os dados faltantes das partes, indicados na certidão de distribuição, tampouco foram registrados no SAJ, contrariando o disposto no parágrafo único do artigo 53 e nos §§ 3º e 5º do artigo 83, ambos do PGC.

6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	A unidade utiliza o check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária quando do arquivamento dos autos, certificando a inexistência de pendências e classificando o processo segundo a tabela de temporalidade, conforme determina a RA nº 81/2008.
2	A Vara do Trabalho fraciona as audiências do rito sumaríssimo com base em portaria expedida pelo Juiz Titular (Portaria nº 01/2006).
3	Não é adotada a sistemática de prolação de sentenças líquidas, não constando do texto das decisões as orientações previstas no art. 86 do PGC. Não obstante, constam das homologações de cálculo tais orientações, cumprindo-se assim o objetivo da norma que é evitar a omissão de informações à Previdência Social.
4	Utilização de nomenclatura errada na indicação de documentos no visualizador de processos na internet (processos 43-19.2012, 2184-45.2011, 2150-70.2011, 560-58.2011, 2347-25.2011, 1762-70.2011 e 695-70.2011), em desacordo com o disposto no art. 18, V, h, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.
5	A Vara do Trabalho cumpre o disposto nos artigos 81 e 86 na homologação de acordos em audiência, fazendo constar dos respectivos termos as orientações acerca das obrigações previdenciárias acessórias, inclusive no que tange à necessidade de entrega da GFIP.
6	Faltou cadastrar no SAJ18 o nome do advogado da reclamada, o qual compareceu à audiência e juntou procuração nos autos do processo 629-56.2012.
7	Foram detectados, através da ferramenta Birô, processos com data-limite excedida, tais como: 2161/2011, 19400/1997, 2171/2011, 2257/2011, 2828/2010, 17400/2007, 2800/2010, 135/2011.
8	Nos processos 449-10.2012, 508-28.2012, 656-39.2012, 572-38.2012 e 365-39.2012, não foram colhidos em audiência os dados faltantes das partes, indicados na certidão de distribuição, tampouco foram registrados no SAJ, contrariando o disposto no parágrafo único do artigo 53 e nos §§ 3º e 5º do artigo 83, ambos do PGC.
9	A Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, DETRANNET, RENAJUD, INCRA e INFOJUD nas execuções fiscais, em exata conformidade com o disposto no art. 162 do PGC.
10	Os processos 1762-70.2011, 173-43.2011 e 2293-59.2011 encontram-se sem registro de movimentação desde o último ato realizado em cada um dos feitos, datados de 22/03/2012, 15/03/2012 e 02/04/2012, respectivamente.

Item	Constatações
11	Edital de intimação em execução fiscal sem indicação do número da CDA (processo 695-70.2011), em desacordo com o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 6.830/1980.
12	Mandado de intimação na execução fiscal com prazo de 48 horas para pagamento ou garantia da execução, em desacordo com o art. 8º da Lei nº 6.830/1980 no processo 2293-59.2011.
13	Nos acordos homologados, os juízes atuantes na unidade atribuem às respectivas atas força de alvará para efeito de levantamento do FGTS e requerimento de parcelas do seguro-desemprego, em conformidade com o disposto no art. 85 do PGC.
14	Não são registrados, com regularidade, todos os pagamentos aos credores trabalhistas, bem como as contribuições previdenciárias e custas recolhidas (processos 3055-12.2010, 3059-49.2010, 974-56.2011, 1520-14.2011 e 198-56.2011), em desacordo com o disposto no art. 164 do PGC.
15	Utilizados, sistematicamente, os convênios BACENJUD, RENAJUD, DETRANNET e INCRA na execução trabalhista, em conformidade com o disposto no art. 162 do PGC.
16	A unidade procede ao exame de admissibilidade dos recursos endereçados ao Tribunal, por meio de despacho exarado nos autos, antes de sua remessa à instância superior.
17	O processo 1625-88.2011 encontra-se concluso para despacho desde 26/03/2012, sem movimentação posterior registrada no sistema informatizado.
18	Tomadas aleatoriamente 38 sessões no período correicionado, apurou-se que a Vara do Trabalho coloca em pauta um número médio de 20 processos por dia.
19	O atraso médio para o início das audiências, em processos constantes de pautas tomadas aleatoriamente no período correicionado, foi de 24 minutos.
20	Os prazos médios, apurados por amostragem, para elaboração de despachos, cumprimento pela Secretaria da Vara e para cumprimento de mandados judiciais foram de 3, 4 e 5 dias, respectivamente, em desacordo, os dois primeiros, com o disposto nos artigos 189, I, e 190, II, do CPC e, o terceiro, em conformidade com o disposto no art. 721, §2º, da CLT.
21	O prazo médio, apurado em processos tomados por amostragem, para julgamento dos incidentes é de 14 dias.